



COOPERSUBA

COOPERATIVA DE TRABALHO DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA LTDA.

ILUSTRÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA COMISSÃO TÉCNICA DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES DA CODEVASF - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA.

CONCORRÊNCIA – TÉCNICA E PREÇO Nº 062/2013

COOPERSUBA – COOPERATIVA DE TRABALHO DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.280.178/0001-69, com sede a Av. Braulino Santos, 96, Candeias, Vitória da Conquista - Ba, representada pelo Diretor Presidente Sr. Luciano Santos Pinho, com fundamento na alínea “a” do art. 109 da Lei – 8666/93, vem interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

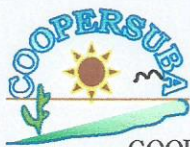
contra decisão da Comissão de julgamento de licitações da Codevasf, que inabilitou esta empresa na concorrência supracitada, de forma equivocada, requerendo que, após o processamento previsto na lei, sejam as razões em anexo encaminhadas para a autoridade competente neste ato o Presidente da Codevasf.

Termo em que,
pede deferimento.

Vitória da Conquista, 11 de novembro de 2013.

COOPERSUBA – COOPERATIVA DE TRABALHO DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA
Luciano Santos Pinho
Diretor Presidente

Glauco Vinícius Dantas de Q. Souza
OAB/BA – 19.798



COOPERSUBA

COOPERATIVA DE TRABALHO DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA LTDA.

RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CODEVASF

I – DOS FATOS

A Recorrente atendendo a convocação feita pelo Recorrido, objetivando contratar Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER para os pequenos produtores dos Perímetros Irrigados na área de abrangência da 2ª Superintendência Regional (Barreiras Norte, Nupeba, Riacho Grande, São Desidério/Barreiras Sul, Mirorós, Formoso, Formosinho, Estreito e Ceraíma), localizados no Estado da Bahia, participou da Concorrência – Técnica e Preço de nº 062/2013, realizado no dia 23 de outubro de 2013, tendo esta entidade encaminhado os envelopes a esta comissão em conformidade com o requerido no edital do certame.

Ocorre que, para surpresa da Recorrente a mesma foi inabilitada conforme ata do certame, com a alegação de que não cumpriu os requisitos do subitem 4.2.3 alínea “c” do Edital. Vejamos:

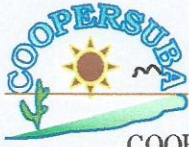
Ata

“....inabilitada a cooperativa COOPERSUBA – COOPERATIVA DE TRABALHO DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA, por não atender ao subitem 4.2.3 alínea “c” do Edital....”

“Subitem 4.2.3

A validade das certidões referidas no subitem 4.2.2.2, alíneas “c”, “d”, “e”, e “f” e no subitem 4.2.2.4, alínea “b”, corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a CODEVASF convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese da licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

Pasmem que para maior surpresa, após recorrermos da supracitada decisão, recebemos de forma surpreendente um adendo a ata, afirmando que teríamos sido



COOPERSUBA

COOPERATIVA DE TRABALHO DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA LTDA.

desabilitados por não ter cumprido o **subitem 4.2.2.3 alínea “c”**, que trata da **Qualificação Técnica no Edital**.

Tal afirmação não merece prosperar, pois o referido subitem foi regularmente cumprido pela Recorrente, como demonstraremos, não restando a menor dúvida sobre sua Habilitação.

A Recorrente apresentou todas as declarações exigidas pelo item em comento, a distinção da nomenclatura, não altera o teor dos documentos e nem a sua veracidade, segundo o vernáculo da língua portuguesa “atestado” nada mais é que uma declaração feita por testemunha do fato ou por quem tem certeza da circunstância,

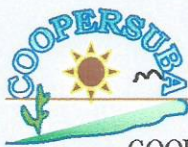
Sendo assim, consoante entendimento do STJ, o poder público não pode prender-se a formalismo excessivo ou interpretar de forma restritiva as regras constantes de edital de licitação, de modo a eliminar concorrentes.

Da mesma forma, é possível a juntada posterior de documento quando este tem por objetivo esclarecer alguma dúvida de documento já juntado ao processo, ou seja, comprovar o conteúdo de um outro documento.

Trata-se, assim, de um juízo de verdade real em detrimento do pensamento dogmático segundo o qual o que importa é se o licitante apresentou os documentos adequadamente, subtraindo-se o fato desse mesmo licitante reunir ou não as condições de contratar com a Administração ao tempo da realização do certame.

Com efeito, o Poder Judiciário se inclina em reconhecer que o procedimento licitatório não deve ser pautado num formalismo exacerbado que desvirtue sua finalidade e equipare-o a uma gincana, na qual interessa apenas o cumprimento da etapa definida, indiferentemente de sua razão de ser. Nesse sentido, citam-se as seguintes decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

Se a irregularidade praticada pela licitante vencedora, que não atendeu a formalidade prevista no edital licitatório, não lhe trouxe vantagem nem implicou prejuízo para os demais participantes, bem como se o vício apontado não interferiu no julgamento objetivo da proposta, não se vislumbrando ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública, correta é a adjudicação do objeto da licitação à licitante que



COOPERSUBA

COOPERATIVA DE TRABALHO DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA LTDA.

ofereceu a proposta mais vantajosa, em prestígio do interesse público, escopo da atividade administrativa. (STF - RMS 23.714/DF, rel. Min. Sepúlveda Pertence, j. em 05.09.2000, publicado no DJ de 13.10.2000, p. 21)

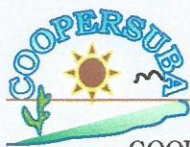
Não se pode perder de vista que a licitação é instrumento posto à disposição da Administração Pública para a seleção da proposta mais vantajosa. Portanto, selecionada esta e observadas as fases do procedimento, prescinde-se do puro e simples formalismo, invocado aqui para favorecer interesse particular, contrário à vocação pública que deve guiar a atividade do administrador. (STJ - ROMS 200000625558, rel. Min. José Delgado, publicado no DJ de 18/03/2002, p. 174)

Consoante ensinam os juristas, o princípio da vinculação ao edital não é "absoluto", de tal forma que impeça o Judiciário de interpretar-lhe, buscando-lhe o sentido e a compreensão e escoimando-o de cláusulas desnecessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar, da concorrência, possíveis proponentes, ou que o transmute de um instrumento de defesa do interesse público em conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele, objetiva a Administração. (STJ - MS 199700660931, rel. Min. Demócrito Reinaldo, publicado no DJ de 01/06/1998, p. 24).

Cumpre, ainda, consignar que o próprio Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 1758-46/03-P (DOU 28/11/2003), entendeu ser regular, no âmbito de procedimento licitatório, a conduta da autoridade que procedeu a juntada posterior de comprovação de regularidade fiscal da licitante através de diligência promovida com base no art. 43, §3º, da Lei nº 8.666/93.

Segundo aquela Corte de Contas, tal juntada não configuraria irregularidade, mas praticidade, celeridade e otimização do certame. O apego excessivo à letra da lei pode acarretar equívocos jurídicos, porquanto que não traduzem seu sentido real.

Ademais, vale lembrar os entendimentos apontados na lição do Prof. Lucas Rocha Furtado e quanto à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, sobre a necessidade de se buscar a distinção entre vinculação às cláusulas editalícias e exigências desnecessárias. Aliás, é farta a jurisprudência do TCU no sentido de relevar falhas e impropriedades formais.



COOPERSUBA

COOPERATIVA DE TRABALHO DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA LTDA.

dessa natureza. Tal tem sido o entendimento do Tribunal, em diversas assentadas, no sentido de que 'não se anula o procedimento diante de meras omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes' (Decisão nº 178/96 - Plenário, Ata nº 14/96, Decisão nº 367/95 - Plenário - Ata nº 35/95, Decisão nº 681/2000 - Plenário, Ata nº 33/2000 e Decisão nº 17/2001 - Plenário, Ata nº 02/2001).

II - DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO:

O Presente certame ocorreu no dia 23 de outubro de 2013, o supracitado aditamento a ata ocorreu no dia 05 de novembro de 2013, abrindo-se prazo para recurso a partir do dia 06 de novembro de 2013.

A lei 8666/93 em seu art. 109 estabelece o prazo dos recursos, vejamos:

Art. 109 – Dos atos da Administração decorrente da aplicação desta Lei cabem: I – recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:
a) Habilitação ou inabilitação do licitante

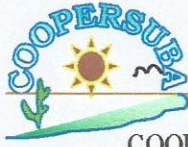
No caso em tela os 5 (cinco) dias uteis vence em 12 de novembro de 2013, demonstra-se assim a tempestividade do presente Recurso.

III - DA INABILITAÇÃO DA RECORRENTE:

A decisão de inabilitar a Recorrente com o argumento de descumprimento do subitem 4.2.2.3, alínea “c” não pode prevalecer, sob pena de ferir princípios basilares do Direito Administrativo e ainda causar danos irreparáveis a licitante, que cumpriu de forma clara todos os requisitos do Edital.

Com esta decisão, além de causar prejuízo irreparável à Recorrente, também traz prejuízo para a “ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”, face estar na iminência de aplicar o disposto no ART. 3º. Da Lei 8.666/93, que diz:

“Art. 3º. – A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade.”



COOPERSUBA

COOPERATIVA DE TRABALHO DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA LTDA.

da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes correlatos”.

Portanto, é de notar-se que, o Art. 3º faz referencia a vinculação ao instrumento convocatório (Edital), deixando cristalina a obrigatoriedade de obedecer rigorosamente o Edital em todos os seus termos.

A Recorrente foi criteriosa ao colacionar a documentação para participar do presente certame, não restando duvidas sobre os documentos exigidos no subitem 4.2.2.3 que se refere a Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, para provar o quanto exposto no presente recurso encaminhamos cópias das Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo Conselho competente, que comprovam que a licitante tem executado serviços de consultoria com características similares ao objeto desta licitação.

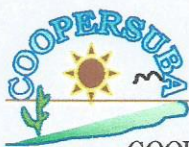
O subitem guerreado trata da Qualificação Técnica, fato que já apresentamos, mas que comprovaremos facilmente com a juntada das copias dos documentos anexos.

É patente, pois, que o Julgamento da Comissão, não condiz com a realidade dos fatos, e com a *permissa venia*, parece não ter agido a DOUTA COMISSÃO TÉCNICA DE JULGAMENTO com a maestria que lhe é de costume. O referido equívoco não pode prosperar, sob pena de eivar de vício irrecuperável todo o processo licitatório.

Deste modo e avistados argumentos narradossupra, espera-se que a MUI DIGNA AUTORIDADE SUPERIOR possa reconhecer o equívoco de tal julgamento.

IV - DOS REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, requer, a reconsideração da decisão da Comissão Técnica de Julgamento por ser manifestamente equivocada, bem como requer a continuidade do certame (Concorrência – Técnica e Preço de n. 062/2013), declarando habilitada a Recorrente.



COOPERSUBA

COOPERATIVA DE TRABALHO DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA LTDA.

Requer ainda que, caso não seja reconsiderada a decisão ora guerreada, sejam enviadas as presentes razões, à apreciação da autoridade hierarquicamente superior, para os fins de direito, conforme prevê o parágrafo 4º. do Art. 109 da Lei nº 8.666/93, como, também, poderá ser feito uso da prerrogativa constante no parágrafo 1º do Art. 113 da Lei em comento.

Termos em que,

Pede Deferimento

Vitória da Conquista, 11 de novembro de 2013.


COOPERSUBA – COOPERATIVA DE TRABALHO DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA

Luciano Santos Pinho

Diretor Presidente


Glauco Vinícius Dantas de Q. Souza
OAB/BA – 19.798